



Revisão
do ACT avança

Patrões e Sindicatos em uníssono

Não há banca sem bancários

Seguros com novos
interlocutores negociais



19 STAS – Actividade Seguradora

22 SISEP – Profissionais de Seguros

24 SBC – Bancários do Centro

26 SBSI – Bancários do Sul e Ilhas

29 SBN – Bancários do Norte

Ficha Técnica

Propriedade:

Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico: revista.febase@gmail.com

Diretor:

Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:

Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Teixeira Guimarães – SBN
Tomaz Braz – SISEP

Conselho Editorial:

Firmino Marques – SBN
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:

Elsa Andrade

Redação e Produção:

Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:

António Costa

Grafismo:

Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:

Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 62.410 exemplares (sendo
5.410 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 307762/10

Registado na ERC: 125 852



DOSSIÊ | Aniversário

Recuperar a credibilidade, assegurar o emprego 4

Faria de Oliveira: "É prestigiante ser bancário" 8

Dia de afetos e memórias 9

QUESTÕES | Jurídicas

Discriminação e Assédio 11

CONTRATAÇÃO | Seguros

Mudança de interlocutores no processo negocial 12

CONTRATAÇÃO | Banca

Revisão do ACT: Negociação entra na fase final 13

ATUAL | Fundo de Pensões da Banca (II)

Grupo BCP: Rendibilidade de 8,14% 15

Banif: Rácio de financiamento cumprido 16

TEMPOS LIVRES | Nacional

Snooker: "Manita" para o título 18

Karting: Coroa de louros para José Feliciano 18

Surfcasting: João Sousa Feira campeão nacional 18



Horácio Oliveira

Já lá vão três anos sobre a denúncia do ACT pelas instituições de crédito e outros tantos de duras negociações, nas quais o patronato tem demonstrado uma irresistível vontade de fazer valer “quem manda”, à boa maneira escravagista: Trabalhem! Quais direitos?

“É prestigiante ser bancário”

Permitam-me que destaque da inúmera informação constante desta revista o aniversário da UGT. Não por ser o seu tema de capa, mas por dois aspetos que considero relevantes: o primeiro é o facto de estarmos a falar da única central sindical democrática do País, que se impõe, por necessária, à própria democracia, e que já conta 37 anos de existência; o segundo, por o tema do colóquio ter sido o setor bancário e por se ter tido a oportunidade de auscultar algumas opiniões e ideias transmitidas, que não podem deixar de serem consideradas interessantes.

Como é sabido, já lá vão três anos sobre a denúncia do ACT pelas instituições de crédito e outros tantos de duras negociações, nas quais o patronato tem demonstrado uma irresistível vontade de fazer valer “quem manda”, à boa maneira escravagista: Trabalhem! Quais direitos?

Ora, o colóquio da UGT, afinal, veio abrir algumas janelas e trazer “ideias novas”, impensáveis de serem transmitidas à mesa das negociações. Apesar do grupo Millennium bcp ter um IRCT próprio, não pode deixar de ser significativo que Nuno Amado tenha referido que não podemos ter um País livre sem liberdade sindical, acrescentando a importância da negociação e da não imposição, porque há muitos interesses divergentes, mas também muitos convergentes, terminando a sua clara intervenção com o desejo de que o diálogo com os representantes dos trabalhadores possa continuar, para bem de todos nós.

O Presidente da Comissão Executiva do maior banco privado português não é pessoa que dite “para inglês ver”. Seria bom, então, que a sua voz chegasse aos seus pares na banca, pois tenho a firme convicção que tal não está a acontecer.

O presidente da APB, Faria de Oliveira, realçou o importante papel de se ser bancário nos dias de hoje, cada vez mais exigente e responsabilizante, na esteira do prestígio que esta classe granjeou ao longo de décadas. Mas os tempos são outros e, segundo aquele responsável, é evidente que a autoestima dos bancários não deve ser senão reforçada.

Esta consciencialização, que leva o presidente da APB a afirmar que a profissão de bancário é daquelas que exige maiores qualificações técnicas e humanas, pois a atividade financeira é muito complexa (...) e as exigências de natureza comportamental, de avaliação individual e coletiva, de requisitos de idoneidade e qualificação profissional não têm paralelo em nenhuma outra atividade económica não tem sido reconhecida pelo grupo negociador das Instituições de Crédito.

É, sem dúvida, prestigiante ser bancário, disse-o Faria de Oliveira. A grande maioria dos bancários pensará de igual forma. Ainda! Mas não é assim que pensam os “comandos” das IC, os que se sentam em frente dos Sindicatos. E são estes responsáveis que, na falta de convicção de que é importante a negociação e não a imposição, contribuirão para que o setor bancário deixe de merecer a consideração que granjeou.



Estabilização do sistema financeiro em análise

Recuperar a credibilidade, assegurar o emprego

Responsáveis pela supervisão, administradores do setor e sindicatos debateram a situação da banca, dos bancários e da economia nacional. As falhas cometidas e as respostas presentes e futuras estiveram presentes num diálogo marcado pela importância dos profissionais no restabelecimento da confiança

Textos | Francisco José Oliveira

Carlos Pereira da Silva (consultor da Febase para os fundos de pensões), Carlos Tavares (presidente da CMVM), Fernando Faria de Oliveira (presidente da Associação Portuguesa de Bancos), Hélder Rosalino (administrador do Banco de Portugal) e Nuno Amado (presidente do

Millennium bcp) foram as personalidades convidadas para analisar o tema da conferência "Setor bancário português: a supervisão e a regulação – que regras para uma efetiva estabilização do sistema financeiro e a recuperação da sua credibilidade", com que a UGT assinalou, no Porto, o 37.º aniversário. Antes porém,

a sessão se abertura esteve a cargo de Mário Mourão (presidente do Sindicato dos Bancários do Norte), Rui Moreira (presidente da Câmara Municipal do Porto), Gonçalo Lobo Xavier (vice-presidente para a Comunicação do Comité Económico e Social Europeu) e Carlos Silva (secretário-geral da central sindical).

PANORAMA NADA BRILHANTE

Mário Mourão começou por dizer que "quando se coloca a temática de se apurar quais as regras para uma efetiva estabilização do sistema financeiro português e para a recuperação da respetiva credibilidade, estão dadas por adquiridas, à partida, duas premissas: a primeira é a de que o sistema financeiro não se encontra estabilizado; a segunda é a de que, tendo perdido



bém, ainda que com contornos diferentes, do Millennium bcp”.

Mas acrescentou que, “fossem ou não diferentes esses mesmos contornos, o certo é que em uns casos como em outros, acrescidos de mais alguns, o resultado se traduziu, no que aos trabalhadores diz respeito, numa dramática onda de desemprego no setor financeiro, facto que tem vindo a sofrer agravamentos sucessivos pela contínua e incessante perda de credibilidade e de confiança dos agentes económicos, a que não está alheio o estrangulamento do financiamento às empresas, ou seja, à economia real; e o que é mais preocupante é que os indicadores parecem demonstrar a continuidade e a persistência destas políticas, pelo que não há perspectivas de grandes melhorias para o setor nos próximos anos – antes pelo contrário –, o que constitui motivo de forte e justificada apreensão por parte de todos nós”.

INSTABILIDADE LABORAL

Mário Mourão acrescentou que, “nestas circunstâncias, aparecem sem-



Mário Mourão presidiu à sessão de abertura

muito da credibilidade, está longe de a ter readquirido”. E, conjugando estes dois fatores, considerou que “o panorama não é, infelizmente, brilhante”.

Sublinhou depois que, “com diferentes graduações de gravidade e de repercussão, não apenas no sistema financeiro, mas no conjunto da economia e no todos dos trabalhadores envolvidos, não podem ser apagadas da história mais ou menos recente os casos do BPN, do BPP, do BES e tam-

pre os argumentos segundo os quais é o negócio que está mau; é facto; mas também é facto que o negócio não estaria tão mau se não tivesse sido precedido de atos consecutivos e reiterados de má gestão; e as consequências são o fecho de balcões, as rescisões e a constante instabilidade dos postos de trabalho daqueles que são necessários para restaurar a confiança no sistema e a sua credibilidade, que são os trabalhadores”.

Mourão terminou, sublinhando que se assiste a “constantes transferências de serviços para os chamados serviços centrais, com o argumento que o trabalho pode ser feito nas sedes dos bancos; é verdade; mas também pode ser feito nas várias regiões do País; e no Porto isso constitui um dos motivos de preocupação; para o SBN, constitui mesmo uma das prioridades, uma vez que a região Norte tem um papel fundamental na nossa economia e na força do trabalho a nível nacional”.

FINANCIAMENTO CRÍTICO

Gonçalo Lobo Xavier começou a sua intervenção tecendo largos elogios aos anos recentes em que Victor Hugo Sequeira foi representante da UGT no Comité Económico e Social Europeu: “uma grande referência – sempre cuidadoso, com uma atitude didática e com uma autêntica postura de Estado, permanentemente na busca de consensos, como se exige a todos os parceiros sociais, na defesa dos seus princípios, sem abdicarem da sua independência”.

E, depois de se referir ao funcionamento daquele órgão, acentuou que “o financiamento às empresas que criam emprego continua a ser crítico em Portugal”.

SERVIR O HOMEM

Rui Moreira acentuou que o papel ativo da UGT na sociedade portuguesa não é só necessário: “É mais imprescindível hoje construir novas pontes entre trabalhadores e patrões, porque sem essas pontes toda a sociedade portuguesa fica a perder, dilacerada entre o global que nos anunciam e o local que é necessário resolver”. ▶



Rui Moreira: “É imprescindível construir novas pontes entre trabalhadores e patrões”



► E recordou o seguinte pensamento: “Se o trabalho pode ser encarado tanto como direito como dever, deve servir o Homem e não o seu contrário, isto é, desumanizá-lo e considerá-lo mera mercadoria; é esse o triste e tremendo desafio que agora temos perante nós”.

O presidente da Câmara da cidade anfitriã não deixou de elencar quatro eixos fundamentais que ao Porto e à região dizem diretamente respeito: “No Porto, temos trabalhado para que o Norte seja visto como um dos motores na economia e como a região mais exportadora, região de vários tipos de indústria que devem ser capazes de se adaptar às exigências de uma economia sustentável e socialmente mais responsável”.

E acrescentou: “Pode encontrar-se no Porto e na região um ecossistema empresarial muito interessante, com um capital humano reconhecido e que tem conseguido criar valor e fixar recursos. A mudança de paradigmas de sustentabilidade que o futuro nos trará, como

começa já a suceder no setor da energia, revela que há muito a fazer por parte das cidades e dos restantes poderes; são desafios que escondem um enorme conjunto de oportunidades e um mercado que será imenso”.

Para o presidente da edilidade, o “Porto terá, por toda a sua História, uma palavra importante a dizer, mostrando-se como centro de conhecimento de onde saem muitas das soluções para outras cidades, criando, assim, valor e empregos e promovendo o crescimento além das fronteiras da cidade e da região”.

CREDIBILIDADE E FUNDOS DE PENSÕES

Coube a Rui Riso, presidente da Direção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, como moderador da mesa redonda da conferência, dar o mote. E não se fez esperar, saudando os cinco intervenientes: “É bom tê-los a esta mesa, a dialogar connosco. É essa a nossa matriz. Sempre considerámos que são melhores os frutos da conciliação do que os da conflitualidade”.

Carlos Pereira da Silva começou por elencar algumas questões que ele próprio admitiu poderem ser chocantes para os banqueiros: Podemos acreditar no sistema bancário português? Merece ou não confiança? Os bancos são sólidos financeiramente? Conseguirão ter liquidez para os momentos em que e se for necessário pagar? Oferecem produtos e serviços de qualidade? São transparentes nas informações que prestam? As suas obrigações refletem as suas realidades internas?

Passou depois a historiar a transferência dos seis mil milhões de euros dos fundos de pensões dos bancos para o Estado, indignando-se: “Por vezes há quem diga – sabe-se lá com que objetivos – que a Segurança Social está a arruinar-se porque os trabalhadores bancários vieram contribuir para o seu défice, o que não constitui a menor ponta de verdade, uma vez que a Segurança Social não é mais do que uma correia de transmissão dessa verba”.

Em seguida, elaborou sobre os riscos inerentes aos fundos de pensões e à Segurança Social: “É certo que os fundos de pensões dependem da evolução dos mercados financeiros, mas, se devidamente supervisionados, serão suficientes para pagar ao último dos reformados até ao último dia da sua vida. Os fundos de pensões não têm de servir clientelas no aparelho de Estado! Ao passo que na Segurança Social se corre riscos políticos, como aconteceu recentemente com os cor-



Gonçalo Lobo Xavier:
“Financiamento às empresas que criam emprego é crítico”

tes verificados, ou ao ser usada como instrumento de redistribuição de rendimentos, em que as pensões mais elevadas têm de financiar as pensões mais baixas.”

E recomendou: “O que deve acontecer é que as regras sejam simples e transparentes, sem que as entidades supervisionadas estejam em conflito com as entidades gestoras dos fundos de pensões e que as entidades de acompanhamento desempenhem um papel mais ativo”.

A terminar, deixou um aviso àqueles que propõem uma renacionalização da banca: “Não se esqueçam que



Carlos Tavares: “É responsabilidade de todos não aceitarem fazer coisas que não sejam legais”



Hélder Rosalino: “Estamos no bom caminho para proteger o nosso sistema financeiro”

as pessoas têm muitas paredes e colções onde guardar o dinheiro!”

AS RESPOSTAS DA UNIÃO BANCÁRIA

Hélder Rosalino iniciou a sua comunicação referindo que a constituição da União Bancária Europeia (UBE) já veio dar resposta a muitas das questões levantadas por Carlos Pereira da Silva, bem como à crise das dívidas soberanas, tendo mesmo considerado a UBE “o maior garante da construção europeia”, até porque a partir de então as condições de financiamento dos bancos não dependem da situação de risco dos respetivos países.

Por outro lado, ao assumir poderes de supervisão em toda a zona euro, a UBE passou a separar os riscos dos bancos dos riscos dos Estados, “o que permite aumentar a estabilidade financeira, situação que interessa a toda a economia – mercados e redução do desemprego e da pobreza –, aspeto central que acaba por favorecer o crescimento”.

Hélder Rosalino considerou que a constituição da UBE provoca todavia, no plano interno, vários desafios ao Banco de Portugal: “Aumentar valor e trabalhar em equipas mistas, com adaptação a novas metodologias e desenvolvimento de novas competências”.

Por outro lado, acentuou que “a estabilidade financeira não poderá ser prosseguida apenas com mais regulação, mas terá de partir das próprias instituições, que têm de estar organizadas numa primeira linha de defesa dessa estabilidade, enquanto a segunda linha deverá ser assegurada

pelos auditores externos, que terão de ser cada vez mais consequentes”.

A terminar, afirmações de otimismo: “Estamos no bom caminho para proteger o nosso sistema financeiro, ao mesmo tempo que estão criadas as condições para as empresas e os cidadãos se sentirem mais confiantes e seguros nas suas aplicações.”

TOLERÂNCIA ZERO PARA MÁS PRÁTICAS

Parte essencial da intervenção de Carlos Tavares radicou-se na necessidade de serem restaurados os valores tradicionais da banca, recordando o tempo em que “o interesse primordial e o princípio essencial” se encontravam centrados no cliente.

“Por isso há uma grande responsabilidade por parte de todos não aceitarem fazer coisas que não sejam legais. Por muita regulação que se faça, se isso não for respeitado de nada valerão as leis. E é também por isso que recomendo tolerância zero para as más práticas”.

Rui Riso, o moderador da mesa redonda, aproveitou esta deixa para enfatizar que “os bancários são bons bancários, que praticam boas práticas, mas esses bons bancários são por vezes empurrados para más práticas”.

NEGOCIAÇÃO, NÃO IMPOSIÇÃO

Ao introduzir a sua comunicação, Nuno Amado sublinhou que “não podemos ter um País livre sem liberdade sindical”, acrescentando “a importância da negociação e da não imposição,



Nuno Amado: “Não podemos ter um País livre sem liberdade sindical”

porque há muitos interesses divergentes, mas também muitos convergentes”. Defendeu, depois, ser “essencial o pragmatismo, todavia sem dogmatismo”, salientando que “sem empresas rentáveis não há empresas sustentáveis nem credíveis”.

Respondendo também a Carlos Pereira da Silva, sublinhou que “podemos acreditar no sistema bancário português, porque tem liquidez e tem produto”.

Nuno Amado revelou, seguidamente, que “o MBCP se encontra a trabalhar a nível dos objetivos (ter a confiança dos clientes e financiar a economia), da governance (a Comissão Executiva presta contas ao Conselho de Administração) e das funções e processos (qualidade de serviço



Pereira da Silva: “Os Fundos de Pensões serão suficientes para pagar ao último dos reformados até ao último dia da sua vida”

para melhor conhecer o cliente e certificação dos colaboradores).

Por outro lado, referiu que “o setor e o País só terão futuro se tiverem empresas rentáveis” e salientou “a importância da existência de uma banca portuguesa em Portugal, à semelhança do que acontece na generalidade dos outros países europeus”.

“Em Portugal, estamos a fazer o caminho no sentido da nossa credibilidade. E é necessário que todos sejamos rentáveis para que sejamos sustentáveis. Nesse domínio, todo o setor se encontra hoje mais bem preparado. E espero que o diálogo com os representantes dos trabalhadores possa continuar, para bem de todos nós”, terminou Nuno Amado. ■

Faria de Oliveira

“É PRESTIGIANTE SER BANCÁRIO”

O presidente da APB valorizou a importância dos profissionais na relação da banca com os clientes e reconheceu a exigência cada vez maior no desempenho da função



Faria de Oliveira recordou que “as causas e a origem da crise económica desencadeada pela crise subprime e a seguinte crise financeira estão frequentemente associadas à especulação financeira e às suas consequências e afetaram profundamente a reputação da banca; em Portugal os casos do BPN, BPP e BES agravaram a imagem do setor”, acrescentando que “essa reputação, não obstante o reforço da regulação e a recuperação progressiva do setor bancário europeu, não está ainda completamente readquirida.

Afirmou depois, “porque é a realidade, que foram a crise da dívida soberana e o crédito mal parado resultante do excessivo endividamento de empresas, famílias e instituições e da recessão económica as principais causas dos

problemas que enfrentamos; mas no entanto, é certo que as falhas ocorridas no BPN e no BES tiveram consequências para as finanças públicas e causaram danos sérios para a imagem da banca, este substantivo coletivo, abstrato, de que resulta pagar o justo pelo pecador, o que não acontece noutros setores de atividade”.

O presidente da APB prosseguiu: “De facto, o caso BES, depois do que aconteceu ao BPN e no BPP, mostra bem que as crises financeiras e económicas podem despoletar crises profundas em empresas e instituições financeiras, mas que são fundamentalmente os atos ilícitos e o incumprimento das normas de gestão rigorosa que podem conduzir a situações propícias à quebra de reputação e credibilidade. E estes com-

portamentos negativos e inaceitáveis tendem a afetar o todo, não se restringindo apenas ao caso concreto”.

FUNÇÃO COMPLEXA

Faria de Oliveira passou depois a debruçar-se pormenorizadamente sobre o papel dos bancários: “A função dos trabalhadores da rede é da maior relevância. São eles o interlocutor direto dos clientes, são eles que captam e interpretam as atitudes, os comportamentos dos clientes, as suas necessidades e expectativas; são eles que lhes apresentam alternativas de produtos financeiros; são eles que suportam ‘estados de alma’, em quem são descarregadas muitas emoções; são eles que ouvem razões, desabafo, reclamações

REFORÇO CONJUNTO

Faria de Oliveira, na sua intervenção, fez menção a algumas intervenções realizadas na conferência anual de alto nível da Federação Bancária Europeia de 17 de setembro, que, em sua opinião “ilustram bem o momento particularmente desafiante que o setor bancário europeu atravessa”:

– Matthias Swalbrugge, professor de Cultura Europeia na Universidade de Amsterdão: na última década houve uma humilhação generalizada do setor bancário, com os bancos a serem utilizados como bode expiatório pela sociedade;

– David Wright, secretário-geral da IOSCO: atualmente os investidores não pretendem investir em instituições financeiras;

– Frederic Oudéa, presidente da Federação Bancária Europeia: vivem-se tempos de grande incerteza no ambiente político, económico e financeiro, sendo de salientar os aspetos como as crises no Médio Oriente, na Ucrânia, na Grécia, a volatilidade dos mercados, a existência de taxas de crescimento historicamente baixas.

Aquelas citações, entre outras, constituíram pretexto para as seguintes três mensagens:

- É necessário um esforço conjunto de gestores, trabalhadores e outros stakeholders da banca para a defender e para recuperar a sua reputação;
- Recuperar a rentabilidade dos bancos é uma tarefa prioritária;
- Ser bancário tem de constituir motivo de orgulho e satisfação, promovendo uma efetiva realização pessoal e profissional.

justas ou totalmente infundadas e também palavras de reconhecimento; são eles que criam empatia com os clientes; são eles que geram confiança e fidelização; são eles que trazem mais clientes”.

E acrescentou: “Claro que nos nossos dias esta função é cada vez mais exigente: não é só a competência técnica, cada vez mais complexa, nem a capacidade de venda que estão em causa. É também um conhecimento alargado e consistente das questões bancárias de fundo e das que estão na berlinda, em cada momento. É a obtenção de novas soft skills que permitem outro grau de empatia com o cliente e uma necessária capacidade de esclarecimento. A postura do bancário, a revelação do maior domínio técnico e de mais segurança nas ofertas de produtos financeiros, levando o cliente a fazer opções que correspondem ao seu perfil de risco, gera confiança e simpatia. Por outro lado, estas competências valorizam o bancário. Naturalmente, tal exige da parte da gestão das instituições necessidades acrescidas na área do recrutamento e, muito especialmente, na formação e na gestão do talento”.

A propósito, anunciou que “o Instituto de Formação Bancária tem em andamento e preparação cursos específicos para valorização dos trabalhadores da banca, na sua requalificação e na atribuição de certificações para o exercício de certas funções, designadamente das que têm a ver com relações diretas com os clientes”.

REDUÇÃO DE EFETIVOS

Passando a outro aspeto, Faria de Oliveira referiu que “a rentabilidade dos bancos portugueses diminuiu ao longo dos últimos anos, não acompanhando o clima de recuperação, ainda que ténue, a nível europeu”.



No que diz respeito à redução de custos operacionais, considerou-a “como fator determinante para a recuperação da rentabilidade, o que é ‘reclamado’ pelos supervisores; existem, nesta matéria, em relação aos bancos que recorreram à ajuda do Estado, requisitos impostos pela DGCom”.

E disse que “os bancos têm vindo a atuar neste domínio, tomando medidas de várias naturezas, que incluem, também, redução de efetivos: no período 2011-2014, a redução acumulada foi de 10,4%, sendo a saída dos trabalhadores resultante em 33% de passagem à reforma, 29% por mútuo acordo, 14% por saída voluntária, 12% por termo de contrato a prazo e 3% por despedimento”.

TRABALHADORES RESPEITADOS

A terminar, Faria de Oliveira revisitou o papel e a situação dos bancários ao longo da história até aos nossos dias. Valerá a pena reter.

“Ao longo da história, o bancário sempre foi um trabalhador respeitado e socialmente prestigiado. A perda de reputação da banca resultante de práticas indevidas, eticamente reprováveis e especulativas no seu sentido negativo, terão originado também, de acordo com algumas opiniões divulgadas, uma perda de consideração pela profissão. Corresponderá à realidade? Ou acaba por ser uma extrapolação do que mostram vários estudos: o cliente, em geral, confia no seu banco e no seu gestor de conta, mas critica a banca”.

“Como se sentem nos nossos dias os bancários perante si próprios, perante os seus clientes e os seus concidadãos? O que é que se aprendeu e o que é que se deve fazer?”

“É para mim evidente que a autoestima dos bancários não deve ser senão reforçada”.

“É das profissões que exige maiores qualificações técnicas e humanas, pois a atividade financeira é muito complexa, diversificada, competitiva e concorrencial, sujeita a inovações constantes e a evoluções tecnológicas intensas, o setor bancário é o mais regulado e escrutinado e as exigências de natureza comportamental, de avaliação individual e coletiva, de requisitos de idoneidade e qualificação profissional não têm paralelo em nenhuma outra atividade económica. É, sem dúvida, prestigiante ser bancário”.



DIA DE AFETOS E MEMÓRIAS

Carlos Silva começou por lançar a pergunta: “Qual a razão de os principais responsáveis do setor financeiro virem até à UGT?”. E respondeu: “Porque somos uma entidade responsável e ponderada, que põe os interesses dos trabalhadores e da economia real acima de tudo, que discute os problemas para encontrar soluções”. Acrescentou que a central nunca desiludirá quem nela acredita: os seus sindicatos.

Numa intervenção emotiva, referiu ser altura para revisitar o passado, recuando a 1977, ano em que se formou o movimento da Carta Aberta, “que surgiu precisamente da necessidade que os sindicalistas democráticos tinham de não se deixarem manipular por quem quer que seja e de fazerem ouvir a sua voz em completa liberdade”.

Passando para a comemoração do aniversário – e considerando-o “um dia de afetos e de memórias” –, homenageou com um ramo de flores uma antiga presidente da UGT, Manuela Teixeira (“uma senhora cuja história de vida é um exemplo de grande cortesia e probidade”) e com duas lembranças outros tantos dirigentes que “elevaram bem alto em termos internacionais o nome do movimento sindical português”: Victor Hugo Sequeira e Alfredo Correia.

Em resposta, Victor Hugo Sequeira considerou que aqueles tinham sido os melhores 25 anos da sua vida: “De mim fizeram o homem que hoje sou.” Mas não deixou de dedicar a homenagem aos “muitos milhares de sindicalistas que, nunca tendo visto as luzes da ribalta, contribuíram de forma decisiva para a consolidação do movimento sindical democrático português”.

Na ausência de Alfredo Correia, coube a Mário Mourão receber a lembrança que lhe foi atribuída.

Prosseguindo a intervenção, Carlos Silva enalteceu o papel da central no momento difícil que o país atravessa, sublinhando: “O que temos de exigir a qualquer governo é que governe bem e que chegue a todos os cidadãos e o que nos importa serão as políticas que vierem a ser implementadas. De resto, já temos as nossas propostas, contempladas no nosso caderno de política reivindicativa, aprovado pela unanimidade do nosso Secretariado”.

Ao terminar, apelou à tolerância e ao diálogo: “Os partidos têm o dever de se entender. Quanto à Febase, agrega cinco Sindicatos de charneira para a vida do País que pretendem um sinal para o desbloqueamento das negociações, com uma postura de diálogo e de equilíbrio”.

Também Carlos Marques, secretário-geral da Febase, e Lucinda Dâmaso, presidente da UGT, se referiram ao papel da UGT ao encerrarem a cerimónia de aniversário.



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de setembro



"Ambiência costeira"
João Amaro



"Sombras"
José Pinto



"Limpeza branca"
João Amaro



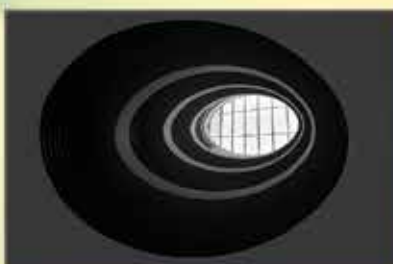
"Entre linhas"
Carlos Santos



"Cuidado"
Jorge Araújo



"Uma noite de chuva"
Manuel Nunes



"Claraboia"
Carlos Santos



"Expresso do Oriente"
Jorge Araújo



"Velho Buro"
Aires Pereira



"Fermentação suspensa"
João Amaro



"1898R5"
Domingos Silva



"Jardim de Belém"
Ricardo Figueira

Discriminação e Assédio

Factos praticados pela entidade patronal podem configurar um tratamento discriminatório e de assédio

Texto | José Pereira da Costa*



Muitas vezes tidos como conceitos semelhantes, o Direito do Trabalho, a nosso ver, assumiu-se desde já, bem, autonomiza os conceitos de ato discriminatório e de assédio, dividindo-os no Código do Trabalho, sendo o primeiro tratado nos artigos 25.º a 28.º e o assédio no artigo 29.º.

Ambos os conceitos, no entanto, estão relacionados com factos praticados pela entidade patronal que, no seu todo, podem configurar um tratamento discriminatório e de assédio.

Desde logo porque o artigo 29.º do Código do Trabalho (CT), sob o título “Assédio”, dispõe o seguinte: “Entende-se por assédio o comportamento indesejado, nomeadamente o baseado em fator de discriminação, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador”.

Entende a jurisprudência mais recente que *São assim elementos objetivos deste ilícito contraordenacional a prática de comportamento indesejado, baseado em fator de discriminação, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.* Além dos elementos típicos que se retiram da consagração expressa da figura, quer a doutrina quer a jurisprudência vêm acrescentando um outro elemento: a persistência temporal da conduta.

O assédio previsto no art. 29.º do CT abrange quer os casos de assédio vertical (assédio praticado pelo superior hierárquico ou do empregador), quer os casos de assédio horizontal (assédio em que os colegas de trabalho são os autores do ato), e ainda, o assédio misto (hostilização de um trabalhador por parte quer do seu superior hierárquico quer de colegas).

PRÁTICAS DIRETAS OU INDIRETAS

Quanto à discriminação, o artigo 25.º do Código do Trabalho, sob o título “Proibição de discriminação”, dispõe o seguinte: “1 - O empregador não pode praticar qualquer discriminação, direta ou indireta, em razão nomeadamente dos fatores referidos no n.º 1 do artigo anterior. 2 - Não constitui discriminação o comportamento baseado em fator de

discriminação que constitua um requisito justificável e determinante para o exercício da atividade profissional, em virtude da natureza da atividade em causa ou do contexto da sua execução, devendo o objetivo ser legítimo e o requisito proporcional”. São elementos objetivos deste tipo contraordenacional a prática de qualquer discriminação direta ou indireta baseada em fatores de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

Esta proibição da discriminação decorre do princípio da igualdade consagrado no artigo 13.º da CRP. Este princípio tem como objetivo proibir o arbítrio. Entende também a jurisprudência que *Não se proíbe, pois, em absoluto, toda e qualquer diferenciação de tratamento, mas apenas as diferenciações materialmente infundadas, sem qualquer fundamento razoável ou sem qualquer justificação objetiva e racional.*

ACONSELHAMENTO JURÍDICO

Nos termos apresentados, o assédio e a discriminação, enquanto comportamentos retratados em atos da entidade patronal, podem surgir interligados, sendo analisados em conjunto, ou como atos isolados, sendo cada um analisado por si.

Destarte, perante uma situação potencial de discriminação e/ou de assédio, o trabalhador não deve submeter-se. Deve, outrossim, recorrer ao aconselhamento jurídico, para que se informe dos passos que deve seguir para suster de imediato a situação, potencialmente geradora de danos patrimoniais e, sobretudo, não patrimoniais, considerando a natureza do comportamento da entidade patronal.

Se por um lado a correção do comportamento pode passar pelo poder público, através de participação à ACT e o correspondente processo contraordenacional, por outro o trabalhador poderá atuar no âmbito restrito do Direito do Trabalho, acionando os meios judiciais ao seu dispor.

A temática que aqui nos traz não pode ser descurada pelo mundo do Direito do Trabalho. Pelo contrário, nos próximos anos será um dos grandes temas em debate na jurisprudência e na doutrina jus-laboral. ▀

*Advogado do SBSI



Mudança de interlocutores no processo negocial

Face à alteração da natureza jurídica da Associação Portuguesa de Seguradores, os Sindicatos da Febase deixam de negociar com a APS e passam a sentar-se à mesa com o grupo negociador das seguradoras

Texto | José Luís Pais*

Foi adiado o início das negociações da revisão do clausulado e tabela salarial para o ano de 2016, por força da alteração da natureza jurídica da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), que deixa de ser uma Associação de empregadores para passar a deter a natureza de Associação empresarial, tendo-se procedido igualmente à consequente alteração dos respetivos estatutos.

Esta mudança altera a forma como até agora se negociavam as convenções coletivas, já que a APS deixou de ser a interlocutora e subscritora única, para passarem a ser as empresas da atividade seguradora a negociar e subscrever diretamente ou por delegação.

Este adiamento não afetará a extrema importância da negociação.

RIGOR MANTÉM-SE

Por isso existe a disposição sindical de se manter com o maior cuidado e rigor, tentando alcançar uma tabela salarial aceitável que tenha em conta o hiato verificado nos últimos seis anos.

Quanto ao clausulado, negociar-se-á em ordem a melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Mesmo que alguns benefícios já sejam usufruídos por muitos, mas que outros tantos ainda não estão abrangidos.

Ao fim e ao cabo, a Febase, através dos Sindicatos da atividade seguradora, manterá uma postura negocial, cujo objetivo, podem estar certos, será o da defesa e garantia dos direitos e regalias dos trabalhadores, principalmente dos respetivos associados.

O passado muito recente comprova-o. Houve a coragem de modificar o CCT. Não se atuou com promessas vãs de futuros utópicos e demagógicos. Não mais se quis realidades estáticas e cristalizadas no tempo, insuscetíveis de mudança e atualização, sob pena de perderem a sua eficácia.

Nada como se ser realista para se ser credível.

Negociar é o caminho. Confie-mos!

À ESPERA

Entretanto, por força da alteração anunciada, concretizada numa assembleia geral da APS realizada no passado dia 28 de outubro, aguarda-se a marcação duma reunião com o grupo negociador a constituir pelas seguradoras. ▀

*Vice-Presidente do STAS

Revisão do ACT

Negociação entra na fase final

Texto | Inês F. Neto

A revisão global da convenção coletiva do setor bancário evoluiu nas últimas sessões negociais, existindo já um acordo de princípio em muitas matérias. Mas em algumas questões fundamentais não há ainda entendimento entre a Febase e as instituições de crédito



Ao fim de três anos de negociações, o processo de revisão do ACT entra numa fase decisiva. Nas últimas sessões negociais, os grupos negociadores da Febase e das instituições de crédito (IC) desbloquearam mais algumas cláusulas até agora sem acordo de princípio e chegaram a entendimento quanto à redação de outras.

No entanto, persiste a divergência em matérias fundamentais para se chegar ao fim do processo.

Essencialmente, os temas principais ainda em debate prendem-se com:

- Modelo de contribuições para o SAMS, por parte da entidade patronal;
- Prazo para a próxima e última promoção por antiguidade;
- Progressão salarial no futuro;
- Criação de um prémio de final de carreira, por contrapartida ao prémio de antiguidade (sem perda de direito aos proporcionais já vencidos);
- Deslocações e ajudas de custo;
- Mobilidade geográfica;
- Prova de situação de doença, de forma a que o documento de certificação de incapacidade para o trabalho (baixa) possa ser emitido por médicos fora do SNS, nomeadamente por médicos do SAMS.

ENTENDIMENTO

Relativamente ao clausulado em que há já um entendimento de princípio entre as partes – recorde-se que nada está garantido até ao acordo final – encontram-se matérias como:

- Reformas e Pensões de Sobrevivência atualizadas em simultâneo com o vencimento dos trabalhadores no ativo;

- Valor da Pensão Mínima de Sobrevivência tendo como referência o salário mínimo nacional (hoje 505€), ao invés ao valor IAS (419,22€) como pretendiam as IC;

- Subsídios sociais (Infantil, Estudo e Trabalhador Estudante) e Subsídio de Falhas com os valores atuais, atualizados simultaneamente ao vencimento dos ativos (queriam deixar os seus valores ao livre arbítrio das IC);

- Manutenção do valor do subsídio de almoço, atualizável, ao invés de ser congelado até que o da função pública (hoje de 4,27€) atingisse o valor do dos bancários;

- O direito a 25 dias úteis de férias, contados de 2.ª a 6.ª feira;

- Aumento da percentagem obrigatória de Promoções por Mérito;

- Manutenção do direito a uma diuturnidade de 5 em 5 anos até ao máximo de 7 (as IC pretendiam acabar com elas no futuro);

- Obrigatoriedade de registo de trabalho extraordinário e o seu pagamento pelos valores atuais, ao contrário da pretensão de reduzi-lo aos valores do Código do Trabalho;

- Retroatividade a janeiro das atualizações de todas as cláusulas de expressão pecuniária.

MUITA LUTA E PERSISTÊNCIA

Face à proposta das IC, que tinha o objetivo claro de reduzir custos com pessoal e desregularizar as relações laborais no setor, os entendimentos já alcançados são fruto de uma grande batalha da Febase à mesa de negociações.

O novo ACT, ainda em discussão, irá manter muitos dos direitos atualmente em vigor e que as instituições de crédito subscritoras colocaram em causa, ao pretenderem a sua eliminação. ■



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de outubro



"Subida à Glória"
Jorge Araújo



"Olhar para baixo"
Carlos Santos



"Trecho do Rio Alva"
José Veiga



"O Cão de Água Português"
Francisco Oliveira



"Confundir predadores"
António Tiago



"Costa Vicentina"
João Amaro



"Sagrado & Profano"
José Guimarães



"Adeus Verão"
José Pinto



"Próxima paragem"
Jorge Araújo



"Amanhecer na Ria"
Nélio Cardoso



"O golinho"
Jorge Araújo



"Divagações de uma cebola"
José Pinto

Relatórios atuariais 2014

Cuidar hoje da reforma de amanhã



A Febase continua a publicação, de forma sintética, da situação dos Fundos de Pensões. As Comissões de Acompanhamento dos Fundos de Pensões das instituições de crédito têm ao longo deste ano realizado as respetivas reuniões, tendo por objetivo a análise da documentação disponibilizada, nomeadamente dos Relatórios Atuariais de 2014 elaborados pelos atuários responsáveis e demais documentação. Da Comissão faz parte a Febase, que tem estado representada pelos seus dirigentes, nomeadamente Rui Riso. A assessoria técnica dos Sindicatos tem sido assegurada pela Capsicalculus, liderada pelo Prof. Pereira da Silva, reputado especialista na matéria

Grupo Banco Comercial Português (BCP)

Rendibilidade de 8,14%

O Fundo de Pensões tinha no final de 2014 um valor de 3.097,4 milhões de euros para fazer face a um total de responsabilidades de 2.797,63 milhões de euros



Os trabalhadores e reformados foram integrados no regime geral da Segurança Social. No caso dos trabalhadores, o BCP mantém a responsabilidade de proteção nas eventualidades de doença, invalidez e morte, bem como o SAMS, sendo o pagamento da pensão de reforma por velhice repartido entre a instituição e

o Centro Nacional de Pensões. No que se refere aos reformados, o banco mantém as responsabilidades decorrentes de possíveis atualizações futuras do valor das pensões de velhice e sobrevivência.

No final de 2011 foi extinto e liquidado o plano complementar de velhice, através da atribuição aos parti-

PENSIONISTAS

2014	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)
Velhice	891	74,55	5521
Invalidez	3064	73,16	2520
Viuvez	2493	71,86	3117
Orfandade	164	16,45	5181
Pré-reformas	6	62,33	18379
Dependente inválido	48	48,43	6554
Reformas antecipadas	9672	66,45	4154
Total	16338		

ATIVOS

2014	N.º	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)
Idade < à IR	8074	45,22	20,57	34016,28
Idade > IR	5	65,2	31,99	34462,62
Participantes c/ Dir. Adquiridos	3214	45,47	13,81	15902,38
Total	11293			

RESPONSABILIDADES

Milhões euros

Responsabilidades com serviços passados	2014		2013		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Ativos	1295,1	46,5	1046,90	46,7	23,7
Pensionistas	1496,95	53,5	1192,70	53,3	25,5
Total	2797,63	100	2239,60	100	

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	Variação (%)
Ações	27,55	26,77	24,40	-2,37
Obrigações taxa fixa		15,00	19,20	4,20
Obrigações indexadas e liquidez	40,93	31,00	33,80	2,80
Imobiliário	26,51	23,21	18,60	-4,61
Investimentos alternativos	5,01	4,02	4,10	0,08
UP Fundos Imobiliários			8,90	
UP Fundos Mobiliários			6,10	
Liquidez e outros			21,80	
Total	100	100	100	

▶ cipantes do valor das responsabilidades atuariais à data, convertido em unidades de participação do Subfundo de Contas Individuais do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, com portabilidade.

Oito empresas do Grupo BCP são associados dos fundos de pensões, tendo dois tipos de planos de pensões não contributivos: um de benefício definido substitutivo dos regimes públicos, independente da Segurança Social (ACT) e outro de benefício definido complementar - Segurança Social Integrado.

O plano de pensões Benefício Definido prevê direitos adquiridos de acordo com a cláusula 140.ª do ACT; o Plano Complementar não tem direitos adquiridos. A contribuição anual dos associados é de 1% do salário dos participantes, estando condicionada à verificação dos critérios de rentabilidade do associado BCP.

As contribuições reais em 2014 foram de 26.764,6 mil euros dos associados e 8.678,182 mil euros dos participantes.

Assim e dado que o valor do fundo de pensões é de 3.097,4 milhões de euros (dos quais 475,5 milhões são do plano complementar) face ao montante de 2.797,63 milhões de euros de responsabilidades, verifica-se um nível de financiamento de 110,9%, continuando a cumprir-se o rácio mínimo de financiamento exigido pelo Banco de Portugal.

Segundo o relatório de gestão, o resultado líquido do Fundo equivale a uma taxa de rentabilidade anual de 8,14% contra um benchmark de 1,22%. Já a rentabilidade anual do Fundo de Contas Individuais foi de 6,75% (benchmark de 7,06%) e a da carteira do subfundo de benefício definido é superior ao benchmark de 8,14% e à taxa técnica de juro usada para desconto das responsabilidades.

Face a estes resultados, os assessores da Febase consideram que a carteira de ativos financeiros do Subfundo de Benefício Definido "está ajustada quanto à duração das responsabilidades por serviços passados", sendo a rentabilidade anual "largamente superior à taxa de juro técnica". Por outro lado, o diferencial positivo entre a taxa de juro técnica e a rentabilidade efetiva a três anos e a cinco anos, respetivamente de 15,16% e 8,06%, "é bastante confortável a médio prazo, tendo em conta que os respetivos benchmarks são, respetivamente, de 4,99% e 2,72%".

Quanto à carteira do Subfundo Contas Individuais – cuja taxa de rentabilidade efetiva da carteira foi de 6,75% contra um benchmark de 7,06% –, os assessores técnicos assinalam que "apresenta uma estrutura adequada à situação de mercado a médio prazo e aos riscos de taxa de juro". ■

Banco Internacional do Funchal (Banif)

Rácio de financiamento cumprido

A composição da carteira de investimentos está ajustada ao risco do Fundo a médio prazo

O Plano de Pensões, que tem como único associado o Banco Banif, é exclusivamente de benefício definido, depois da alteração efetuada com o acordo sindical. No entanto, não foram alterados os benefícios dos colaboradores já abrangidos pelos anteriores planos de pensões dos bancos de onde eram oriundos: Banif e



ex-BBCA. O fundo diferencia as duas subpopulações em A e B, respetivamente.

O plano de pensões da subpopulação A passou a ser um plano misto em 1 de outubro de 2008 (com efeitos a 31 de dezembro de 2006) e é complementar dos regimes públicos de Segurança Social. Já o da subpopulação B é independente dos regimes públicos de Segurança Social e segue o estipulado no ACT do setor bancário. O plano de ambas as subpopulações consubstancia o regime profissional complementar que se encontra definido no ACT.

Por outro lado, existe uma contribuição de 5% da retribuição efetiva prevista no ACT nas seguintes hipóteses: admitidos a partir de 1 de janeiro de 1995 (na subpopulação A) e admitidos entre 1 de janeiro de 1995 e 2 de março de 1999 (subpopulação B).

Como na restante banca, os trabalhadores e reformados foram integrados no regime geral da Segurança Social.

Os dados da população revelam uma responsabilidade constituída por 291 ativos 12 pensionistas (velhice; invalidez; viuvez), 3 pensões de orfandade e 7 reformas antecipadas.

O valor do fundo de pensões alocado às responsabilidades é de 120.889 milhares de euros, pelo que o nível de financiamento é de 100,9%, cumprindo assim o rácio mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do Banco de Portugal.

Os custos com os benefícios relativos a cuidados médicos pós-reforma (SAMS) e pagamento do subsídio por morte estão igualmente financiados pelo Fundo de Pensões.

Os assessores da Febase não tiveram acesso ao relatório de gestão financeira mas, segundo o atuário, o rendimento real do Fundo em 2014 "foi superior, considerando uma taxa de rendimento de 4% (equivalente à taxa de desconto considerada)".

Quanto à composição da carteira de investimentos, e tendo em conta a idade média dos ativos de 41 anos, esta pode ser considerada ajustada ao risco do Fundo a médio prazo.

No entanto, considerando uma perspetiva Asset Liability Matching, o atuário considera que a atual distribuição dos ativos pelas diferentes classes "não é a mais adequada face ao horizonte temporal das responsabilidades", pois como a estimativa de responsabilidades é de 16 anos, "a sensibilidade às variações da taxa de desconto (e da inflação) é relativamente elevada". Face a esta informação, os assessores técnicos da Febase consideram que "se deve reequacionar a distribuição da carteira de ativos pelas diferentes classes".

ATIVOS

Euros

	Número	Idade Média	Antiguidade Média	Salário Anual	Massa Salarial Anual
População A	1687				395.122
<65 anos	1682	41,1	15,3	25.746	55.122
>=65 anos	5	67,5	38,8	68.080	340.000
População B	268				
<65 anos	268	48,7	25,1	28.421	7.617.000
>=65 anos	-	-	-	-	-

PENSIONISTAS

	Número	Idade média	Pensão média anual	Total pensões anuais
População A	91			2.583.500
Velhice	47	72,1	45.906	2.158.000
Invalidez	17	63	22.251	378.000
Viuvez	23	63,5	12.381	28.500
Orfandade	4	23,5	4.829	19.000
População B	149			1.596.658
Velhice	29	69,5	12.545	103.649
Invalidez	70	61,6	16.231	1.136.009
Viuvez	41	63,8	7.984	327.000
Orfandade	9	27,2	3.316	30.000

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

	2013 (%)	2014 (%)	Diferença (%)
Ações	17,60	17,20	-0,40
Imobiliário	28,20	21,30	-6,90
Inv. Alternativos	2,40	2,90	0,50
Ativos de procura de rendimento	48,20	41,40	-6,80
Obrigações	50,50	44,10	-6,40
Taxa fixa	48,30	41,30	-7,00
Taxa variável	2,20	2,80	0,60
Liquidez	1,20	14,50	13,30
Liability Matching Assets (ativos de imunização das responsabilidades)	51,70	58,60	6,90

RESPONSABILIDADES

Mil euros

Responsabilidades com serviços passados	Subpopulação A	%	Subpopulação B	%
Ativos > idade reforma	187	0,94	0	0,00
Ativos < idade reforma	0	0,00	39.505	48,20
Velhice	0	0,00	24.531	29,93
Invalidez	0	0,00	13.494	16,46
Sobrevivência imediata	0	0,00	1.480	1,81
Pré-reformas e antecipações	986	4,97	16.513	20,15
Ex-colaboradores	0	0,00	3.504	4,27
Reformados (Velhice, antecipada e invalidez)	13.833	69,68	3.573	4,36
Reforma Invalidez	3.016	15,19	16.583	20,23
Pensionistas (Viuvez e Orfandade)	1.830	9,22	2.291	2,79
Total	19.852	100,00	81.969	100,00
Sínteses Total	19,5%	101.821	80,5%	0,00%

Snooker

“Manita” para o título



Com 5-0 sem resposta na final, Rui Sousa sagrou-se campeão nacional frente a João Chumbinho

A derradeira prova do 11.º Campeonato Interbancário de Snooker teve lugar em Coimbra, nos dias 24 e 25 de outubro.

Prestação imaculada para o concorrente Rui Sousa (SBSI), que venceu Hélder Monteiro (SBN) nas meias-finais, por 4-1. No outro jogo, João Chumbinho (SBSI) também levou a melhor sobre António Costa (SBSI), com o resultado a fixar-se em 4-2.

Uma vez na final, a expectativa era muita sobre quem levaria o troféu para casa. A mostrar estar em grande forma, Rui Sousa não deu qualquer hipótese ao adversário, triunfando por uns expressivos 5-0.

Já no jogo de atribuição do 3.º e 4.º lugares houve mais equilíbrio, com António Costa a derrotar Hélder Monteiro pela margem mínima: 4-3.

Os restantes concorrentes classificaram-se da seguinte forma: 5.º José Lino (SBN); 6.º António Perre (SBN); 7.º João Salgadinho (SBSI); 8.º José Caio (SBN); 9.º Laurent Teixeira (SBSI); 10.º António Cardoso (SBC); 11.º Alberto Malheiro (SBC); 12.º José Brazão (SBSI). ▶

Karting

Coroa de louros para José Feliciano

O piloto foi o mais rápido no circuito da Batalha, dominado pelos concorrentes do SBSI



A final nacional do 18.º Campeonato Interbancário de Karting decorreu no dia 17 de outubro, no kartódromo da Batalha.

Por volta da hora do almoço foi feito o sorteio das duas mangas, dando-se início à primeira prova meia hora depois.

Já na corrida final, marcada pelas rotações no máximo, o primeiro a ver agitada a bandeira-xadrez foi José Feliciano (Unicre/SBSI), que sucedeu assim a António Silva (IFAP/SBSI) como campeão nacional.

Na segunda posição terminou Octávio Rodrigues (BST/SBSI) enquanto Carlos Gonçalves (Banif/SBSI) alcançou o último lugar do pódio.

Os concorrentes oriundos do SBSI dominaram esta derradeira prova, ocupando os seis primeiros lugares da classificação.

A cerimónia de entrega de prémios ocorreu durante um animado jantar numa unidade hoteleira da região.

Surfcasting

João Sousa Feira campeão nacional

O concorrente do GDST superou a concorrência e levou o principal troféu para casa. A nível coletivo, foi o BdP a fazer a festa



Os Encontros Interbancários de Pesca Desportiva de Surfcasting conheceram a derradeira prova no dia 3 de outubro, na Praia de Monte Velho, Porto das Carretas.

Divididos por três zonas, os vários concorrentes iniciaram a prova na esperança de que a captura estivesse de feição.

João Sousa Feira (GDST/SBSI), na zona B, foi o mais sortudo, ao alcançar 1.230 gramas, sagrando-se assim campeão nacional. Luís Vieira (BdP/SBSI), na zona A, alcançou 700 gramas, ao passo que na zona C foi João Agualusa (GDST/SBSI) a terminar no primeiro posto.

A nível coletivo, o BdP1/SBSI (Luís Vieira, João Carvalho e Francisco Ribeiro) venceu o troféu, com 8 pontos, mais quatro que o BBPI/SBC (Rui Prata, Rui Nunes e Pedro Veiga) e mais seis que o GDST2/SBSI (João Agualusa, Silveiro Velez e Manuel Pinheiro).

O dia terminou com um jantar-convívio entre todos os participantes onde foram entregues os troféus aos vencedores. ▶

O documento entregue pelos Sindicatos para iniciar a negociação da convenção coletiva de 2016 foi alvo de intensa discussão com delegados e conselheiros. As consequências de uma eventual redução do número de seguradoras no mercado português foram também analisadas

Texto | José Luís Pais*



Representantes sindicais debatem proposta de CCT

Com o objetivo de uma análise pormenorizada e consequente debate sobre a proposta de negociação para o CCT de 2016, já entregue à APS, e também sobre a situação no setor, realizou-se uma reunião expressamente convocada para o efeito e destinada aos delegados sindicais e conselheiros gerais da área de Lisboa.

Regista-se com agrado o número de presenças e a participação ativa dos representantes sindicais que acompanharam

com particular atenção o tema atinente à proposta.

Este assunto foi abordado detalhadamente, tendo gerado a expectativa de uma negociação racional e sensível, fatores determinantes para um acordo que seja justo e compensador, nomeadamente no que respeita à atualização da tabela salarial.

Todos os presentes foram também informados de que a APS vai entrar num

processo de reestruturação interna do qual resultarão alterações no atual estatuto da associação de empregadores, passando a ser uma associação empresarial, o que implicará a necessidade de o processo negocial ter outros interlocutores.

FUSÕES E AQUISIÇÕES

Esgotado este assunto, foi a vez de se abordar a questão relacionada com a possível redução do número de seguradoras existentes no mercado português. Há alguns sinais de possíveis aquisições e/ou fusões.

Esperamos, a seu tempo, poder opinar através de mais e melhores informações. Necessariamente que nestas ocasiões, prima-se pela indicação de algumas atitudes sindicais que normalmente se enquadram e justificam nestas circunstâncias para a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores.

Diversas informações foram ainda prestadas para conclusão de uma reunião que, pode dizer-se, traduziu o interesse dos presentes pelo conteúdo da mesma. ■



*Vice-Presidente do STAS

Conhecida como “filha de lavradores”, a seguradora alentejana comemoraria um século. O Clube CHAPAS recorda-a com uma série de iniciativas

Texto | Vítor Alegria



A Pátria, Hoje seriam 100 anos

O Clube CHAPAS vai estar em Évora, no dia 27 de novembro de 2015, pelas 17h00, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Évora para lembrar que há 100 anos foi constituída “A Pátria, Sociedade Alentejana de Seguros”.

No referido evento, o Prof. Dr. Paulo Eduardo Guimarães, da Universidade de Évora, evoca a fundação d’A Pátria durante a I Guerra Mundial e o papel das elites alentejanas na promoção do seguro agrícola como instrumento de desenvolvimento regional.

À Direção do Clube CHAPAS caberá a apresentação das histórias e estórias da Pátria, dar a conhecer a missão do Clube CHAPAS e promover a interação com os colegas da Pátria.

De dia 27 de novembro a 11 de dezembro estará patente ao público a exposição “A Pátria, Hoje seriam 100 anos” nos claustros pequenos do Colégio Espírito Santo, em Évora.

Estão convidados todos os colegas da atividade seguradora, independentemente da sua seguradora de origem. Será



uma excelente oportunidade para rever colegas de A Pátria, e não só.

CONFERÊNCIA E EXPOSIÇÃO

Contamos com a sua presença nas comemorações, pelo que deixamos aqui o convite.



Convite

O Clube História e Acervo Português da Actividade Seguradora convida V. Exa. a participar na Conferência Aberta, comemorativa dos 100 anos da fundação de “A Pátria, Sociedade Alentejana de Seguros”.

O evento ocorrerá dia 27 de Novembro de 2015, com início pelas 17h00m, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Évora.

A conferência “A Pátria, hoje seriam 100 anos” evoca, sem pretensões, a seguradora fundada em plena guerra mundial que tendia à exploração do ramo agrícola, intitulando-se “filha de lavradores e que visa sobretudo bem servir a lavoura”.

Seja bem-vindo!

PRESENÇA VISÍVEL

Recordamos que A Pátria, Sociedade Alentejana de Seguros nasceu a 27 de novembro de 1915, em plena I Guerra Mundial e tinha como slogan ser “filha de lavradores”.

Inicialmente dedicou-se à exploração do seguro agrícola. Teve a primeira sede no n.º 24 da Praça do Giraldo, em Évora, e a última no Palácio Barahona, nesta mesma cidade.

Quem visita o centro histórico de Évora não fica indiferente aos sinais desta seguradora nas paredes dos imóveis antigos. São visíveis inúmeros painéis de azulejos e chapas da sociedade alentejana de seguros.

O Clube CHAPAS, desde 03.03.2011, tem como missão receber, cuidar e divulgar a história e a memória da Atividade Seguradora em Portugal. ▶



FIDELIDADE



Grupo Pro-Evora



Uma aventura em Espanha

Para premiar o bom desempenho escolar, 25 jovens das freguesias de Benfica, Arroios e Santa Maria Maior viajaram até à Isla Mágica, em Sevilha

Texto | Cláudia Gil



Vinte e cinco jovens dos projetos de responsabilidade social da Jovens Seguros, do ReTrocas-E5G e do IntendArte-E5G, tiveram oportunidade de desfrutar de uma fantástica viagem a Sevilha e ao parque temático da Isla Mágica, entre os dias 7 e 9 de setembro.

O grupo ficou alojado num parque de campismo nos arredores da cidade, onde

puderam usufruir de diversas atividades que aliaram a diversão, a criatividade, a responsabilidade e a autonomia. Usufruíram de visitas de âmbito cultural à cidade de Sevilha, trabalharam a independência e diversas técnicas de sobrevivência no campismo e através do contacto com a natureza.

Além disso divertiram-se muito num fantástico dia passado na Isla Mágica, que

premiou o bom comportamento e a prestação escolar no ano letivo 2014/2015.

Esta viagem veio marcar o culminar dos três anos de trabalho desenvolvido junto das crianças e jovens das freguesias de Benfica, Arroios e Santa Maria Maior.

Agradecemos a todas as empresas e entidades que tornaram possível esta grande aventura! ▶

Formação à sua Medida



Trabalho Social
e Orientação



Desporto



Serviço de Apoio
a Crianças e Jovens



Desenvolvimento
Pessoal



Turismo e Lazer

Contate-nos para mais informações
eMail: geral@jovensseguros.com | Tlf: 211 383 593



Apostar na formação



Os trabalhadores devem investir na sua formação, para se adequarem a novas funções. Mas esta é também uma responsabilidade das empresas, se quiserem servir os clientes

Textos | Carlos Calçada*

Por onde passa o futuro da formação, tendo em vista a competitividade das empresas? Nos últimos tempos, tem-se alterado a formação tendo em conta o contexto em que vivemos atualmente.

Os investimentos realizados hoje na área da formação passaram a ser altamente criteriosos e seletivos, pois centram-se no negócio e na necessidade da avaliação do projeto formativo em concreto e no impacto da gestão.

Hoje a digitalização do conhecimento é uma realidade, tanto devido ao contexto geracional das organizações, como pela necessidade de se rentabilizar as formações. Atualmente, as palavras de ordem são “inovação”, “tecnologia” e “socialização”

– e a formação tem de ser centrada nas pessoas e nas aprendizagens.

Os Recursos Humanos têm atualmente um grande desafio que consiste em garantir que os recursos certos estão nos lugares certos. Mais que em talentos, devemos falar em performances, pois o talento em si mesmo não garante uma elevada performance. Será possível medir o que nos motiva ou o que nos desmotiva? Certamente que sim. É esta conjugação que gera a excelência.

NOVAS FUNÇÕES

Quem trabalha nas grandes empresas está sujeito às reestruturações, por esse motivo vê-se forçado a mudar de funções e passar a integrar uma nova equipa. Daqui poderá surgir um ambiente ideal de desenvolvimento por parte da chefia e uma equipa motivadora.

Mas poderá ser-lhe lançado novo desafio, numa outra função, sem uma definição concreta de funções, até poderá ser uma área nova na organização e o perfil do trabalhador não se enquadrar. E a organização acabar por recrutar externamente um especialista com experiência na área. O talento desenvolve-se através das condições adequadas, mas poderá ser rapidamente posto em causa em condições adversas.

Pelo exposto é de extrema importância as empresas colocarem os colaboradores com perfis adequados à função. Muitos são os “talentos” que deixam de ser talentos e os “talentos” que a organização da empresa desconhece.

ADEQUAR TALENTOS

Dependerá da gestão do desempenho identificar os talentos. O desafio está em descobrir os talentos escondidos.

Os Recursos Humanos atualmente têm que garantir os recursos certos nos lugares certos. Pois com as novas tecnologias e, por exemplo, com as redes sociais colaborativas – internet – é possível descobrir esses talentos escondidos.

Pelo exposto se torna necessário que os trabalhadores invistam na sua formação, assim como as empresas, se estivessem interessadas em servir os seus clientes. Estariam assim interessadas na formação dos seus trabalhadores. Mas, devido à globalização, não estão interessadas.

O Papa Francisco, num dos seus textos, já se referiu à questão como introdução a uma reflexão sobre os conflitos que este tipo de globalização pode e já está a provocar: “Esta globalização mata, pois apenas tenta ir mais longe, à origem da situação financeiro-económica que nos vai condicionando”.

Caminhamos para a terceira guerra mundial?



Campo de refugiados na Jordânia

Esta globalização, tal como a conhecemos, está a tornar-se um campo propício para a violência e vários tipos de conflitos

O Mundo está a entrar numa situação bastante grave e complicada. Por esse motivo, várias testemunhas – incluindo o Papa Francisco – consideram estarmos a caminhar para a terceira guerra mundial.

Esta primeira nota servirá para analisarmos a grande crise dos refugiados – e temos refugiados da Síria, da Líbia, do Iraque e de outros países africanos.

O problema do Médio Oriente é uma guerra dita religiosa, inspirada na al-Qaeda e dando origem a ex-islamistas e a jihadistas. O jihadista britânico Hassan Butt faz um apelo veemente à renúncia ao terror, afirmando que matar em nome do Islão não é mais do que um anacronismo.

Os radicais afirmam que é permitido a qualquer muçulmano destruir um ser humano, onde se inclui a traição e a cobardia de matar civis. Quero mostrar a complexidade deste problema, onde se nota a sepa-



Malala (prémio Sakharov do PE) festeja os seus 18 anos com crianças sírias refugiadas

ração entre muçulmanos que querem viver uma vida normal e praticar pacificamente o Islão e os que se apropriam, para fins políticos, do Corão e dos Ahadith (corpo de leis, lendas e histórias sobre a vida de Maomé). Estes últimos desenvolveram uma ideologia política radical, o islamismo, que em extremo violento, o jihadismo, usa o terror.

Os jihadistas não têm qualquer problema em matar e matarem-se. A que se deve a situação grave no Médio Oriente e o surgimento dos jihadistas? Em minha opinião, deve-se única e exclusivamente ao problema da falta de respeito por parte do grande capital em relação ao ser humano, pois os capitalistas deixaram de considerar o homem como ser humano, mas como matéria que se pode explorar e deitar fora.

Parafraseando o Sumo Pontífice, “esta globalização mata”. A situação financeiro-económica vai-nos condicionando.

O mundo está a viver uma crise muito grande de valores humanos e sociais e com uma crueldade espantosa. Não tenho dúvida nenhuma que nos encontramos já na terceira guerra mundial, que está a ser realizada, mas em fragmentos.

Os conflitos armados que estão a surgir por motivações geopolíticas e geoecológicas têm os Estados como principais atores. A globalização não é alheia a esta situação, pois proliferam inúmeros conflitos particularmente violentos, que são originados ou incendiados pela luta de valores relacionados com a situação de desesperança quanto ao futuro em se encontram milhões de jovens.

Esses milhões de jovens estão sem perspectivas de emprego minimamente estável em que possam sustentar a sua vida e promover o bem-estar que desejam, sentem-se marginalizados pelos dirigentes políticos.

Esta globalização, tal como a conhecemos, está a tornar-se um campo propício para a violência e vários tipos de conflitos. ■

**Vice-presidente do Conselho Permanente do SISEP*

Aníbal Ribeiro

“Combater as horas extra não pagas com todas as armas”

O presidente do Sindicato pretende fazer do trabalho suplementar não remunerado uma das questões mais importantes das relações laborais. Quanto à sindicalização, defende uma relação de proximidade entre o SBC e os associados



A par da negociação coletiva, a sindicalização faz parte, naturalmente, das grandes preocupações que qualquer direção sindical tem de enfrentar para manter um sindicato vivo, pois não é concebível a existência de um sindicato sem o seu grande suporte, os trabalhadores.

Para sabermos quais são as grandes linhas de orientação, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista prático, por que rege a sua atividade no SBC, convidámos Aníbal Ribeiro, seu responsável máximo, para que nos dissesse o que pensa em termos teóricos sobre a atividade sindical e como pretende arrumar a casa, partindo desses pressupostos.

Começou por nos dizer que é defensor de um “sindicalismo no qual se cruzam três vetores, a saber: temos que estar atentos aos problemas do quotidiano, defendemos uma relação de proximidade com os trabalhadores e privilegiamos o relacionamento dos nossos dirigentes sindicais com os nossos sócios e colaboradores”.

“A evolução da atividade bancária, principalmente na última década, levou-nos a dirigir as nossas ações junto dos trabalhadores, pois o tempo de as Direções sindicais concentrarem as suas energias na negociação junto das direções dos bancos, negociando só com elas, esse tempo

já se esgotou, pelo que a prática sindical deve ter em conta esta evolução das relações de trabalho”, disse ainda.

INFORMAÇÃO ATEMPADA

Questionado sobre a qualidade da ação sindical, foi perentório: “O SBC tem que exercer a sua atividade sindical tendo em conta fortes padrões de qualidade, a começar pelo seu back office, a sua gestão administrativa, seguindo-se a qualidade no relacionamento com os nossos associados e no estudo, análise e desenvolvimentos das matérias que mais incentivam os bancários, como é o caso do SAMS e outros”.

“Neste campo, além dos serviços que o Sindicato presta e que são altamente relevantes, é indispensável uma informação correta e atempada dos direitos e regalias que os nossos associados dispõem”, disse.

Ainda no “aspecto qualitativo que temos vindo a falar, quero aqui introduzir, também, que a negociação coletiva tem que se reger por esses padrões, pois só assim nos podemos diferenciar e marcar a nossa posição relativamente a outras entidades que se dizem sindicais mas que se afastam cada vez mais desse escopo, constituindo-

-se, apenas, como entidades prestadores de serviços”.

CONSOLIDAR A DEMOCRACIA

Questionado sobre a independência dos sindicatos, Aníbal Ribeiro afirmou-se “equidistante dos interesses político partidários, pois baseio-me no diálogo, na negociação e na concertação social”, acrescentando o desejo de “combater as horas extraordinárias não pagas. Pretendo fazer desta uma das questões mais importantes das nossas relações laborais, não desprezando todas as armas e formas de luta, nomeadamente a greve, assim que se esgotarem todos os meios atrás referidos”. Referiu, ainda, o “grande papel que os sindicatos desempenham no desenvolvimento e consolidação da democracia” e evidenciou a “ação importante que as direções sindicais têm neste campo, caucionando a sua atividade e servindo de seu motor, alavancando a competência sindical”.

No concreto, “diversas equipas têm andado em permanência junto dos nossos associados, pois entendo que estão reunidas todas as condições para que a sindicalização e o enriquecimento do SBC seja um sucesso”, rematou Aníbal Ribeiro. ■

Além da vitória no king,
em outras modalidades
os sócios conquistaram lugares
no pódio



Balanço das Finais Nacionais

Atletas do SBC bem colocados

Em consonância com o Art.º 24.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948, que estabelece que “toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas”, os sindicatos têm vindo a estabelecer nos seus programas de ação a organização das práticas desportivas e a afirmarem-se junto dos seus associados como interlocutores na definição dos seus tempos livres e dessas mesmas práticas.

Quando apenas falta saber quem são os campeões na modalidade de Bowling, é tempo de fazermos o balanço dos nossos atletas e de darmos conta da sua participação nas diversas modalidades em que participaram nas finais nacionais.

No King, final realizada em Coimbra em 24 e 25 de outubro, o campeão nacional foi António Sebastião e o 2.º classificado foi José Louro. José Silva destacou-se, também, com um honroso 8.º lugar.

Na final de Pesca de Rio, realizada na pista de Montemor-o-Velho em 26 de setembro, o SBC obteve o 1.º e o 2.º lugares por equipas, assim constituídas: Paulo Figueiredo, José Ferreira e João Agostinho e Rui Prata, Carlos Cunha e Rui Nunes, respetivamente. Destaque ainda para o 2.º lugar de Paulo Figueiredo, bem como o

2.º e o 3.º lugares da zona C, para Manuel Nobre e Rui Prata, respetivamente.

Na modalidade de Pesca em Alto Mar que se disputou em Peniche, em 30 de maio de 2015, destaque para o 3.º lugar alcançado pelo nosso atleta Rui Nunes e o 7.º de Pedro Veiga.

No Surfcasting, final disputada na Praia de Porto Carretas, em Santo André, em 3

de outubro, o 2.º lugar por equipas foi alcançado pelo trio Rui Prata, Rui Nunes e Pedro Veiga, tendo Rui Prata ficado em 2.º lugar no seu setor.

A final nacional de Futsal foi disputada na cidade de Braga, no dia 5 de junho, tendo a nossa equipa, “Os Galáticos da Beira”, em representação do Secretariado da Guarda, obtido a Taça Disciplina, ficando em 4.º lugar na classificação geral.

A final de Pesca de Mar teve lugar em Peniche, no dia 19 de setembro, com Vítor Malheiro a classificar-se no 7.º lugar e Pedro Veiga no 10.º. A equipa constituída por Vítor Malheiros, António Cascão e Manuel Barqueiro obtiveram o 4.º lugar.

A final da modalidade de Snooker disputou-se em Coimbra nos dias 24 e 25 de outubro, tendo os nossos representantes granjeado os 10.º e 11.º lugares, respetivamente, António Guiné e Alberto Malheiro. ▶



NOTA

Por falta de espaço, não foi noticiado em devido tempo o resultado da Final Regional na modalidade de Pesca de Mar, disputada em Peniche a 9 de maio. Para que conste, o vencedor foi António Cascão, seguindo-se Manuel Barqueiro e Pedro Veiga.



Congresso aprova Programa de Ação

Os delegados ao XVIII Congresso do SBSI aprovaram por larga maioria o Programa de Ação apresentado pela Direção. A reunião magna ficou ainda marcada pela celebração do 40.º aniversário do SAMS

A conjuntura particularmente complexa do setor bancário ficou bem patente no XVIII Congresso do SBSI, tanto nas estratégias delineadas pela Direção como nas intervenções que ocuparam os trabalhos.

Pela saúde dos bancários



O SAMS comemora este ano o 40.º aniversário, assinalando quando foi subscrito o nivelamento das condições laborais do setor bancário que permitiu a sua criação. A ocasião foi recordada no pri-

meiro dia de trabalhos do Congresso, suspensos para dar lugar à celebração.

Numa homenagem a todos quantos trabalharam para que o Serviço de Assistência Médico-Social do SBSI atin-

gisse o elevado nível que lhe é reconhecido, 56 pessoas que ao longo destes anos ocuparam os cargos de presidente, vice-presidente ou vogal da Direção, do Conselho de Gerência, da MAG ou da Mecodec foram agraciados – e muitos deles estiveram presentes no palco.

Recordando que o SAMS apareceu como necessidade absoluta da classe, Rui Riso elogiou a “argúcia, sentido de oportunidade e capacidade de um grupo”, sem o qual os bancários não teriam hoje esta assistência.

Outros sistemas análogos desapareceram e o SAMS continua graças a sucessivos Conselhos de Gerência e Direções, acompanhados pelos melhores profissionais, frisou. “Fizeram desta casa o que é hoje. São esses construtores que homenageamos”.

Por fim, o presidente do Conselho de Gerência referiu-se ao próximo desafio: fortalecer o movimento sindical através da concentração, dando corpo a um sindicato e um SAMS único do setor financeiro. ▶



gados ao congresso da UGT. Participaram nas votações 239 dos 300 congressistas esperados.

Assim, a votação para a Comissão Disciplinar resultou em 147 votos para a lista A, apresentada pelas tendências Socialista e Social-Democrata, 83 votos para a lista B, das tendências Por/Mudar, além de 7 votos em branco e 2 nulos.

Já para a Comissão Fiscalizadora de Contas, 149 congressistas votaram na lista A e 82 na lista B. Registaram-se 6 votos em branco e 2 nulos.

Na eleição dos 15 elementos para o Conselho Geral, a lista da Tendência Sindical Socialista (TSS) obteve 91 votos (6 mandatos), a da Por/Mudar recolheu 83 votos (6 mandatos) e a dos Trabalhadores Social-Democratas (TSD) teve 53 votos (3 mandatos). Dez votos em branco e 2 nulos.

E, por fim, para o Congresso da UGT a Tendência Sindical Socialista elegeu 40 delegados, as tendências Por/Mudar 35 e a Tendência Social-Democrata 25.

CHAMAR OS JOVENS

O objetivo mais amplo dos dois dias de trabalho – aprofundar a reflexão sobre o futuro da organização e a ação sindical em defesa da classe – foi anunciada logo na abertura do Congresso pelo presidente da Mesa.

Mendes Dias referiu o sentimento dos bancários, transversal a toda a sociedade portuguesa, de “incerteza no futuro co-

letivo” e a importância “do trabalho dos sindicatos na transformação do setor”. “O sindicalismo é um espaço de pertença de todos e para todos. É preciso reinventar os sindicatos, dar-lhes centralidade e visibilidade”, frisou, defendendo “a consciência de classe num sindicalismo novo, com respeito pelas diferenças e uma ação sindical com competência e responsabilidade para o setor e a sociedade”.

Na mesma linha de raciocínio interveio o vice-presidente da Direção. “Nas sociedades modernas, os sindicatos não podem confinar-se ao papel político-sindical. Não fora a UGT, outros sindicatos e a coloração governamental e a nossa discussão fulcral seria miserável”, disse.

Exortando a uma reflexão profunda sobre “esta questão crucial”, Horário Oliveira deixou o receio de que “se os sindicalistas prosseguirem discutindo entre si o sindicalismo dificilmente continuará. Na minha ótica, tem vindo a morrer”.

“Não conseguimos cativar o futuro, dizer aos jovens que hoje estamos aqui mas amanhã vamos embora porque vêm eles”, criticou, defendendo: “O novo sindicalismo em Portugal deve ser a militância de todos hoje”.

PERCEBER O MOMENTO

O segundo dia do Congresso foi essencialmente dedicado ao debate do Programa de Ação da Direção, cuja apresentação geral esteve a cargo de Rui Riso.

Patente ficou igualmente a divergência quanto ao modelo de ação sindical entre as tendências que suportam a Direção (socialista e social-democrata) e as outras duas tendência, que uniram forças e se apresentaram nas votações numa lista única (Por/Mudar).

Este Congresso, que decorreu em Lisboa a 9 e 10 de outubro sob o lema “Transformar, Crescer, Vencer”, apresentou algumas inovações relativamente aos anteriores: a suspensão dos trabalhos no primeiro dia, após a aprovação do regimento, para dar lugar à comemoração do 40.º aniversário do SAMS; a decisão da Mesa de atribuir tempo a cada tendência para expressar a sua posição; e, por fim, o espetáculo de encerramento da reunião magna, com um grupo de artistas aparecendo de entre os delegados para interpretar canções alusivas ao 25 de Abril.

Mas o ponto alto da Ordem de Trabalhos foi necessariamente o debate e votação do Programa de Ação para os próximos quatro anos, que motivou a intervenção de 24 congressistas, além da Direção. A negociação coletiva foi objeto de análise na maioria das intervenções.

No final, o Programa de Ação apresentado pela Direção foi aprovado por larga maioria, com 18 votos contra e 18 abstenções. O Congresso elegeu ainda as comissões Disciplinar e Fiscalizadora de Contas, 15 membros do Conselho Geral e 100 dele-



O presidente da Direção esclareceu que o documento estratégico “comporta a adequabilidade ao momento, à sociedade e ao setor financeiro”. Lembrando as mudanças sofridas na banca nos últimos anos, com a redução de trabalhadores e a aposta na tecnologia em detrimento do fator humano, Rui Riso alertou: “Não podemos deixar de perceber as mudanças”.

Referindo-se à imprevisibilidade dos últimos e à “enorme preocupação” com a situação do Novo Banco e, consequentemente, dos seus trabalhadores, o presidente da Direção afirmou: “É neste contexto que vivemos e teremos de enfrentar os próximos quatro anos”, justificando que “independentemente dos sonhos”, é preciso que o Programa de Ação seja “um modelo aplicável, com efeito prático, respondendo às alterações pretendidas pelos sócios”.

“As novas gerações querem uma vida digna, com trabalho, e uma sociedade mais justa. Temos de repensar os passos para o futuro”, frisou, acrescentando: “É preciso avisar os jovens da importância dos sindicatos na obtenção de relações laborais justas e como fator de evolução social”.



SINDICATO ÚNICO

A constituição do sindicato único do setor financeiro, fundindo num só os atuais sindicatos da Febase, foi objeto de

múltiplas intervenções, sendo unânime a vontade de concretização do projeto, embora nem sempre quanto às etapas e métodos de fazê-lo.

Intervindo como delegado, Delmiro Carreira revelou, enquanto coordenador da Comissão da Febase encarregue de elaborar um projeto de estatutos para a futura organização, que os trabalhos estão adiantados. “Comprometo-me a entregar antes do Natal o projeto de estatutos. A partir daí, as Direções decidem o que fazer”, disse.

Também os presidente e vice-presidente do SBSI abordaram este tema. Horácio Oliveira defendeu o projeto e a sua ampliação até um SAMS único, e Rui Riso desejou “unanimidade nesta construção de um novo sindicalismo”.

Os representantes dos Sindicatos da Febase presentes no Congresso retomaram o tema do sindicato nacional, reforçando o apoio das suas organizações ao processo.

Aníbal Ribeiro, presidente do SBC, considerou “uma exigência” a constituição de uma organização sindical e de um SAMS únicos, adiantando ser esse “o desejo dos sócios do SBC”.

Já Alfredo Correia, presidente da MAG do SBN, afirmou que “não basta informar e mobilizar os bancários, é preciso também estarmos unidos”, e Carlos Marques, usando da palavra na dupla função de secretário-geral da Febase e presidente do STAS, desejou que o caminho para o sindicato único seja “rapidamente trilhado, para termos frutos”.

Bastião do movimento sindical



O Congresso do SBSI teve a presença de convidados especiais de sindicatos congêneres de Espanha, Malta e Itália, além do coordenador da UNI-Finanças.

A UGT esteve representada por vários dirigentes e os líderes máximos intervieram nas sessões de abertura e encerramento.

Carlos Silva expressou o seu carinho pelo Sindicato, lembrando o exemplo: “O SBSI deu cartas antes do 25 de Abril, é um sustentáculo da UGT e um bastião do movimento sindical português”. Sobre o futuro do sindicalismo, o líder da UGT alertou: “Temos de inverter o ciclo e captar os mais novos para o movimento sindical”.

Já Lucinda Dâmaso, que interveio no final do Congresso, classificou o SBSI como “uma referência muito forte no movimento sindical”, e considerou que o Sindicato “saberá responder com a sua responsabilidade e luta e não alienará o que considera fundamental”.



Comissão Sindical de Empresa do MBCP (norte)

Conjuntura interna desfavorável aos trabalhadores

Rescisões por mútuo acordo, fim de isenções de horário, deslocações para longe da residência, desrespeito por categorias e níveis são alguns dos muitos problemas denunciados

Cristina Miranda – coordenadora –, Helena Simões e Albano Moreira são três dos membros do Secretariado da Comissão Sindical de Empresa (norte) do Millennium bcp. Em entrevista à nossa revista, caracterizam uma situação francamente desfavorável aos trabalhadores daquela instituição.

P – Como caracterizam a atual situação vivida na vossa instituição de crédito?

R – É bastante complexa, aliás na linha da generalidade da banca em Portugal. Desde logo, os direitos dos trabalhadores têm sido muito coartados e por isso a conjuntura não é favorável à força do trabalho. Para além disso, no BCP também é



Da esquerda para a direita: Helena Simões (membro da Comissão Sindical de Empresa do MBCP), João Carvalho Silva (membro do pelouro de Dinamização Sindical e Sindicalização do SBN), José António Gonçalves (coordenador do pelouro), Cristina Miranda (coordenadora da CSE do MBCP) e Albano Moreira (membro daquela estrutura)

francamente má, porque tem havido muitas alterações...

P – Que tipo de alterações?

R – Tantas!... Muitas pessoas que são mandadas embora, muitas rescisões ditas por mútuo acordo, retiradas de isenções de horários, deslocalizações de pessoas para longe dos seus locais de residência – com enormes custos quer financeiros quer familiares –, colegas que foram mudados do serviço central para outros serviços sem qualquer explicação e colocados em categorias profissionais que praticamente já não existiam –, pessoas que não estão a ser tratadas de acordo com as suas categorias e os seus níveis...

“Da parte dos trabalhadores bancários nota-se uma grande boa vontade e um enorme espírito de colaboração, com grande esforço pessoal e familiar”

CONTRATOS A PRAZO

P – Entretanto, não há novas contratações...

R – Claro que há! Mas sempre a prazo, com toda a confusão que isso gera... Acabam por não ser especialistas em nada. Nesses esquemas, as empresas de outsourcing vão cedendo pessoas a prazo, não lhes permitindo qualquer tipo de especialização.

P – Deduzo que são trabalhadores sem grandes qualificações...

R – Isso não corresponde inteiramente à verdade. Ou, pelo menos, nem sempre é verdade, porque alguns são altamente especializados. Só que acabam é por não serem especializados pelo banco, o que sempre introduz muitos fatores de discriminação e muita confusão...

P – Sendo assim, como é o quotidiano de um trabalhador do MBCP?

R – Sempre em sobre-esforço para fazer o melhor possível, o que ainda é mais gritante nas sucursais. E também se nota um ambiente de medo. Sobretudo medo de falar, porque as pessoas – o que é compreensível – têm uma necessidade absoluta de preservar o posto de trabalho. Mas todos estão a fazer um esforço enorme para se suplantarem.

SAÚDE AFETADA

P – Apesar disso, sentem alguma estabilidade?

R – Estabilidade? Não, não está fácil, também devido à instabilidade geral. E o pior é que tudo isso prejudica muito a saúde, já que os trabalhadores estão a laborar em situações extremas. Depois, há outros, muito qualificados e que, afinal, se veem substituídos por estagiários, os quais têm de ser ensinados.

P – E quais são as reações que essas situações suscitam?

R – De uma enorme injustiça, está bem de ver! E, como referimos, há colegas que, submetidos a pressões de tal forma in-

tensas sem terem possibilidade de reação, já adoeceram com maior ou menor gravidade. Por outro lado, veja lá que até existe uma secção – mais concretamente a de Recuperação de Baixos Montantes – que é composta por pessoas malquistas pela hierarquia, como se fosse um gueto, designadamente por terem recusado propostas de rescisão ditas por mútuo acordo!

P – Consideram, assim, que há alguma pressão?

R – Alguma é favor! O que há é uma enorme pressão diária! Dá a sensação que eles julgam que pressionando assim as pessoas elas mais tarde ou mais cedo

“Os direitos dos trabalhadores têm sido muito coartados e por isso a conjuntura não é favorável à força do trabalho”

se iriam embora. Mas o que aconteceu foi que todas elas acabaram por fazer um esforço muito grande e, suplantando toda a instabilidade que lhes é permanente criada, resistiram, continuam a resistir e continuarão a resistir!

QUEIXAS À ACT

P – Que tipo de defesa podem oferecer?

R – Nestes, como em outros casos, temos recorrido várias vezes para a

Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), quer através do SBN quer individualmente e, tanto quanto sabemos, o banco tem sido condenado ao pagamento de diversas coimas. Claro que depois sofremos as consequências e sofremos pressões individuais por termos utilizado os meios que a lei põe à nossa disposição para nos defendermos. Mas, mesmo assim, estamos a ter sucesso!

P – Mas agora a situação interna já está um pouco mais calma?

R – Nem por isso. Todos os meses continua a haver trabalhadores que são chama-

“Nota-se um ambiente de medo. Sobretudo medo de falar, porque as pessoas têm uma necessidade absoluta de preservar o posto de trabalho”

dos para rescisões e reformas. Ninguém quer aceitar, mas alguns acabam por ceder, porque consideram que do mal o menos e receiam que o futuro no banco lhes traga situações ainda piores. Há pessoas que nem conseguem dormir! E existe muita revolta instalada, sem que deixe de haver uma resistência quase heroica, roçando um autêntico estoicismo, no combate às injustiças.

P – Quando tentam resolver os problemas pela via do diálogo, o que é que acontece?

R – Já chegámos à conclusão que isso é muito difícil, perdão, que é impossível. De facto, só se consegue falar com o banco quando se faz queixa, ou através do SBN ou da ACT. De facto, o que acontece é que, para além de estarmos a pagar a crise em sede de IRS, também a pagamos em sede de carga salarial, porque continuamos a vê-la significativamente reduzida.

P – Não vos aconteceu sentirem que há um ponto de não-retorno?

R – O que acontece é que as pessoas têm uma força incomensurável. Mesmo

“Relativamente à força de trabalho, [o BCP] está a tratá-la muito mal. Deixou que, além da crise económica, se tivesse instalado uma crise de valores”

assim conseguem continuar a trabalhar, a suplantar as dificuldades e a resistir, apesar de todos os problemas que lhes colocam e do medo que enfrentam. Bem vê que,

no fundo, o banco para nós é a nossa segunda casa...

CRISE DE VALORES

P – E o que pensam relativamente à situação do MBCP?

R – Normalmente, para o melhor e para o pior, o MBCP acaba por ser pioneiro na banca portuguesa, quer nas coisas boas quer nas coisas más. Mas, relativamente à força de trabalho, está a tratá-la muito mal. Deixou que, além da crise económica, se tivesse instalado uma crise de valores...

P – Podem especificar essa afirmação?

R – É que se as empresas dão lucro, isso se deve às pessoas. Os computadores não trabalham sozinhos... Isto não pode ser uma selva, no pior sentido que uma selva tem. Se os trabalhadores são mal remunerados, se não têm dinheiro, não podem investir na economia...

P – Há momentos estavam a começar a falar nos problemas que afetam os trabalhadores do banco. Mas acabaram por não concretizar...

R – Além do que já enunciámos, uma

“Temos recorrido várias vezes para a Autoridade para as Condições de Trabalho e, tanto quanto sabemos, o banco tem sido condenado ao pagamento de diversas coimas”

das questões mais gritantes prende-se, inquestionavelmente, com o excesso de trabalho e com as imensas horas extraordinárias que fazemos sem a legal e devida remuneração. Por outro lado, assiste-se a uma enorme pressão para o cumprimento de objetivos de facto inatingíveis, porque os clientes não têm manifestamente dinheiro para adquirem os produtos que o banco quer que os trabalhadores lhes vendam.

Uma outra situação é a escassez de trabalhadores nas sucursais, o que leva a um excesso de esforço de quem lá está. No fundo, toda a gente acaba por se sentir injustiçada, porque a vida deles foi sempre no banco e agora sentem-se tristes pelo menosprezo a que são votados.

GERIR BEM

P – Também a questão do outsourcing não foi completada...

“As empresas de outsourcing vão cedendo pessoas a prazo, não lhes permitindo qualquer tipo de especialização”

R – Quanto aos outsoucers e aos estagiários, muitos deles trabalham bem. Só que, quando começam a dominar o trabalho que lhes é cometido no banco, são mudados de área, contra a sua própria vontade. É por isso que muitos deles acabam por não aceitar renovar o contrato, uma vez que não lhes é garantida qualquer solução com um mínimo de estabilidade que lhes proporcione encarar a possibilidade de constituir uma família, ter uma casa e assim por diante. Não imagina a quantidade deles que acaba por emigrar! De facto, não temos um país em guerra, aqui não caem bombas, mas isto são verdadeiras bombas sobre a sociedade e sobre os nossos jovens. Aliás, seria muito interessante saber-se quem são os donos dessas empresas de outsourcing... Se calhar acabaríamos por ter surpresas muito reveladoras...

“Há colegas que, submetidos a pressões de tal forma intensas sem terem possibilidade de reação, já adoeceram com maior ou menor gravidade”

P – E quanto ao futuro?

R – A nossa esperança é que a situação do banco se estabilize. Ou, pelo menos, que não piore. Que os gestores façam bem o seu trabalho, para bem do banco, dos trabalhadores da instituição e do País. Porque gerir contas qualquer um faz. Isto não é uma guerra pessoal. Só se exige que quem gere, gira bem. Porque quem trabalha, trabalha bem... E da parte dos trabalhadores bancários nota-se uma grande boa vontade e um enorme espírito de colaboração, com grande esforço pessoal e familiar. O que se espera é a devida contrapartida por parte dos gestores e dos administradores.

O que é curioso é que os trabalhadores do BCP consideram que conseguem sempre ultrapassar cada obstáculo com que são confrontados. Vivem no fio na navalha. Caem e levantam-se. Esforçam-se para cumprir objetivos e recebem como prémio descon siderações e afrontas que se repercutem negativamente sob o ponto de vista salarial e que são a subversão da meritocracia. ■



Réveillon ^{2015/2016}

Programa

Jantar de Reveillon

Sala climatizada

Animação musical

Buffet de ano novo

Preço: **80€/pessoa** (IVA incluído)

Centro de Férias e Formação

Ferreira do Zêzere

Informações e Inscrições:

Tel.: 249 360 200

Fax: 249 360 290

centroferias.formacao@sbsi.pt

21 horas | Jantar

Menu:

Entrada: Melão com Presunto e Camarão

Sopa: Sopa de Peixe

Peixe: Bacalhau no forno guarnecido com puré

Carne: Leitão à Zote

Sobremesa: Petit Gateau com Gelado

Vinho Branco e Tinto, frizante, água, sumo

Café e Digestivos

00h00 | Passagem de Ano

Espumante, Passas e Bolo-Rei

Abertura do Buffet com as seguintes mesas:

Mesa de Doces e Fruta laminada

Mesa de Queijos e Salgados

Mesa de Mariscos



Casal do Zote - Bêco - 2240-208 Ferreira do Zêzere

Tel.: 249 360 200 - Fax: 249 360 290

centroferias.formacao@sbsi.pt